

# **AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PRONAF B NA RENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR<sup>1</sup>**

## **EVALUATION OF THE EFFECTS OF THE PRONAF B IN FAMILY FARMING INCOME**

Jânia Maria Pinho Sousa<sup>2</sup>  
Francisca Silvania de Sousa Monte<sup>3</sup>  
Luiz Antônio Maciel de Paula<sup>4</sup>

### **1. RESUMO**

Este estudo avalia os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, modalidade B, na renda dos agricultores familiares, com base na atuação do Programa no Município de Irauçuba, Ceará. Foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, levando-se em conta estudo previamente efetivado em 2005, o qual é utilizado como Linha de Base. Constatou-se que o Pronaf B é uma relevante política dirigida aos agricultores pobres, tendo crescido significativamente, entretanto deixando margem para sua ampliação. O Programa contribuiu para o crescimento da ovinocaprinocultura, de natural vocação local, com reflexo na elevação da renda. Além disso, o Pronaf B possibilitou o ingresso dos grupos familiares em novas atividades, bem como a manutenção em outras que já eram desenvolvidas pelos agricultores. A renda média mensal líquida das famílias teve um incremento de 43,7% no período estudado. A renda das atividades financiadas pelo programa foi superior à das demais atividades, porém inferior àquela propiciada por programas sociais. Foi constatada a ausência de assistência técnica, assim como de

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto de uma pesquisa para dissertação do Mestrado em Avaliação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>2</sup> Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: janiaps@bnb.gov.br

<sup>3</sup> Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ, professora do Departamento de Economia Doméstica e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC e Coordenadora do Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP-UFC). Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: silvania@ufc.br

<sup>4</sup> Ph.D. em Economia Agrícola pela Universidade do Tennessee (EUA) e professor do Departamento de Economia Agrícola e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC, Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: ldepaula@ufc.br

outras formas de apoio às atividades produtivas financiadas pelo Programa.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Renda. Avaliação de programa.

## **2. ABSTRACT**

This study evaluates the effects of the National Program of Strengthening of Family Farm - PRONAF, modality B, on income of family farmers, on the basis of the program performance in Irauçuba County, Ceará State. Research had been carried through bibliographical, documentary and on field, taking into account study previously accomplished in 2005, which is used as Base Line. It was evidenced that Pronaf B is a very important policy directed to poor farmers, having grown significantly, however leaving edge for its improvement. The Program contributed for the growth of sheep and goat production, of natural local vocation, with consequence in the rise of income. Moreover, Pronaf B made possible the access of family groups in new activities, as well as the maintenance in other activities already developed by the farmers. The average net monthly income of the families had a rise of 43.7% in the studied period. The income of the activities financed by the program was superior to the one of other activities, however inferior to that provided by social programs. Technical assistance absence was evidenced, as well as of other ways of support to productive activities financed by the Program.

**Key-words:** Family farm. Income. Program evaluation.

## **3. INTRODUÇÃO**

A expectativa de caracterização da agricultura familiar brasileira como importante segmento gerador de postos de trabalho e de renda foi reforçada com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 (MATEI, 2005; BASTOS, 2006). Por sua vez, o planejamento governamental a partir do Plano Pluri-Anual (PPA) estabeleceu regras que definem as políticas de Estado que

são executadas na forma de programas e projetos produtivos e sociais (HOLANDA, 2006). Nesse contexto, o Pronaf se associa à estratégia mais ampla de dar apoio ao desenvolvimento rural, reforçando a política de crédito (NAVARRO, 2001; SILVA e MARQUES, 2004).

Tradicionalmente, as políticas públicas brasileiras foram delineadas sob a influência do modelo de Estado oligárquico e imposto à sociedade (PINHEIRO, 1995), resultando em desenho de políticas como parte integrante dos funcionamentos dos diversos sistemas econômicos adotado no país, a exemplo dos modelos primário-exportador, de substituição de importações e o neoliberal.

Como resultado, essa lógica induziu a concepção de políticas agrárias que têm privilegiado médios e grandes produtores, com o objetivo claro de fortalecer um modelo de desenvolvimento agrário baseado na produção agrícola e animal em grande escala (NORDER, 2009). A predominância da grande propriedade agropecuária, mantendo-se a estrutura fundiária altamente concentrada, resultou em um pequeno grupo de propriedades que controla a maior proporção da terra e, por sua vez, influencia as políticas públicas.

Por outro lado, a luta histórica dos agricultores e de suas representações por melhores condições de trabalho foi fundamental para a criação do Pronaf. De acordo com Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 22), para mudar o enfoque das políticas, foram decisivos o movimento dos trabalhadores rurais que lutava pela “chamada ‘reconversão e reestruturação produtiva’ dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia [...]” e os estudos promovidos pelo INCRA/FAO (2000) que definiram com melhor precisão a agricultura familiar.

Baseado na variável derivada da Agricultura Familiar no Censo de 2006, elaborada a partir da Lei da Agricultura Familiar, calcula-se que 4.367.902 (84,4%) dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são familiares, ocupando 80,25 milhões (24,3%) de hectares (FRANÇA; DEL GROSSI e MARQUES, 2009). A agricultura familiar é ainda responsável por 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) nacional, ou R\$ 57,5 bilhões, de acordo com a metodologia do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO – Novo Retrato da Agricultura Familiar (2000), atualizado para o Censo de 2006.

Ainda que os estabelecimentos familiares representem 84,4% de todos os

estabelecimentos rurais do país, o reconhecimento institucional da agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo a institucionalização de políticas públicas, somente veio a ocorrer em 2006, por meio da Lei nº 11.326. Todavia, o planejamento governamental *per se* não assegura o sucesso de determinada política. Interessa também atestar a efetividade da ação governamental, que passa necessariamente pela avaliação das políticas públicas.

No âmbito das políticas voltadas para a agricultura familiar, o Pronaf B, uma das modalidades do Programa, tem como objetivo combater a pobreza rural. A relação do apoio creditício com a redução da pobreza passou a fazer parte da política governamental, que ganha espaço a partir do ano 2000, através desse segmento, como resultado do processo de aprimoramento do Programa. O Pronaf B destina-se aos agricultores que vivem abaixo da linha de pobreza, cujo rendimento familiar médio anual não ultrapasse R\$ 6 mil (MDA, 2004; BACEN, 2005, 2008).

Nos últimos anos, o Programa tem crescido significativamente, tanto em volume de financiamento como em número de contratos firmados, apesar de ainda dispor de margem para ampliação.

De acordo com Guanziroli (2007, p.310), em 1996, mais da metade dos estabelecimentos da agricultura familiar não conseguia “obter uma renda mínima anual unicamente por meio de seus estabelecimentos (varia de R\$ 714 a/a a um valor negativo de R\$ 104)”. Muitos deles dependiam de rendas externas ao estabelecimento para sobreviverem.

Conforme Damasceno et al. (2011, p.131), “não há um consenso a respeito dos impactos do programa em relação ao crescimento da renda e à melhoria do padrão de vida dos agricultores”. Há controvérsias sobre a efetividade do Programa em relação à renda dos usuários. Damasceno et al. (2011) concluem que o Pronaf não teve impacto significativo sobre a geração de renda, ao comparar resultados de 90 agricultores familiares em 3 municípios do Ceará. Esses resultados coincidem com estudos realizados por Kageyama (2003) e Dias et al. (2006), também citados por Damasceno (2011). Por outro lado, Guanziroli (2007) identificou em seu estudo um número equilibrado entre resultados positivos e negativos.

Assim sendo, torna-se relevante investigar os efeitos do Pronaf B na renda dos agricultores familiares, no contexto da avaliação de políticas públicas produtivas e

sociais.

#### **4. OBJETIVOS**

O objetivo geral deste estudo é avaliar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, modalidade B, enquanto possibilidade de efeito na renda de agricultores familiares e geração de expectativa sobre a agricultura, com base na atuação do Programa no Município de Irauçuba, Estado do Ceará.

Especificamente, pretende-se identificar e analisar a composição da renda média mensal líquida das famílias beneficiadas; investigar se o Programa contribuiu para o incremento na renda e, por fim, apreender a percepção dos agricultores familiares sobre a agricultura no país, particularmente, no que se refere ao crédito, à assistência técnica e apoio à organização.

#### **5. METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada com beneficiários do Pronaf B no Município de Irauçuba, no Estado do Ceará. Situado ao norte do estado, Irauçuba pertence à macrorregião Sobral/Ibiapaba, à mesorregião noroeste cearense e à microrregião de Sobral (IPECE, 2007, p. 5). Abriga uma população de 21.921 pessoas (IBGE, 2008), ocupando uma extensão territorial de 1.461,22 km<sup>2</sup> e área relativa de 0,98%. Possui clima tropical quente semi-árido, com índice pluviométrico de 539,5 mm anuais e relevo formado por depressões sertanejas e maciços residuais. Abrange os distritos de Irauçuba, Boa Vista do Caxitoré, Juá e Missi (IPECE, 2007).

No ano 2000, o município apresentou Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,618, ocupando a 117<sup>a</sup> posição no *ranking* do estado, que conta com 184 municípios. Em 2004, registrou Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 1.157,00, correspondente a menos de 1/3 do PIB *per capita* estadual, de R\$ 4.170,00 (Ibid, 2007, p. 8-9).

Trata-se de aprofundamento de um estudo de avaliação do Programa realizado em 2005 abrangendo seis municípios do Ceará (Irauçuba e Quixelô), Piauí (Guaribas e Betânia do Piauí) e Rio Grande do Norte (Taipu e Cerro Corá). O trabalho realizado em

2005 foi considerado Linha de Base para parte do presente estudo e possibilitou verificar os reflexos do Programa na vida das quatro famílias entrevistadas na referida Linha de Base.

Evidentemente, estes resultados não podem ser extrapolados para toda a população estudada. É importante destacar que a escolha das quatro famílias se deu pelo fato de terem sido as únicas entrevistadas no município por ocasião do primeiro estudo. Portanto, considerando a escolha intencional, o estudo pretende apenas apresentar a evolução da situação das referidas famílias entre os dois momentos, considerando que são usuárias do Pronaf B.

Em virtude dos baixos valores financiados pelo Pronaf B<sup>5</sup>, a seleção dos agricultores adotou como requisito um número mínimo de financiamentos contratados pelo participante. Assim, foram selecionados agricultores atendidos com, pelo menos, três financiamentos do Pronaf B contratados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Ressalte-se que o BNB é responsável por mais de 80 % dos contratos e dos volumes financiados do Pronaf B.

No período que compreendeu o ano de 2001 a maio de 2007<sup>6</sup>, foram realizadas 2.843 operações em Irauçuba, totalizando o montante de R\$ 2.767 mil. Esse valor representa 1% das aplicações realizadas no Ceará, as quais totalizaram R\$ 275.591 mil (MDA, 2007).

A análise foi baseada em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo sido realizadas entrevistas com os agricultores familiares e com as instituições que operacionalizam o Programa. No presente caso, identificou-se o que ocorreu em relação à renda dos agricultores familiares após o terceiro financiamento do Pronaf B.

Foram identificadas 68 pessoas beneficiadas com três financiamentos do Pronaf B no município, entre o ano de 2001 e maio de 2007, constituindo-se, assim, no universo considerado no estudo<sup>7</sup>. O primeiro financiamento se deu em 2001 (88,2%) e 2002 (11,8%); o segundo teve concentração em 2004 (91,2%) e o terceiro obteve maior incidência em 2006 (82,3%). Não foram identificadas pessoas atendidas com mais de

---

<sup>5</sup> Inicialmente, o valor máximo por operação era R\$ 500,00, passando para R\$ 1.000,00 e depois R\$ 1.500,00, totalizando atualmente R\$ 2.000,00. Entende-se que três operações por pessoa configurem um corte que possibilita verificar os efeitos do Pronaf B.

<sup>6</sup> Apesar de o Pronaf B ter sido criado no ano 2000, sua operacionalização em Irauçuba somente viria a ocorrer a partir de 2001.

<sup>7</sup> Informações fornecidas pelo BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito (2007).

três financiamentos.

Desse universo, 43% participam do Programa Fome Zero por meio do Programa Bolsa Família. Observou-se, ainda, que das quatro pessoas que fizeram parte da pesquisa Linha de Base, duas delas estão cadastradas no Bolsa Família. Considerou-se importante incluir essas pessoas na pesquisa de campo, dada a oportunidade de aprofundar o estudo observando-se dois momentos distintos.

O plano amostral foi construído com base em uma amostra aleatória simples para proporção, na ordem de 0,5, nível de confiança de 0,95 e tamanho da população, 68. Considerando um erro amostral de 7%, chegou-se ao número 47 como tamanho da amostra<sup>8</sup>. Ressalte-se que três pessoas deixaram de ser entrevistadas, apesar das inúmeras tentativas para atingir o número definido na amostra. Não obstante, foi insignificante a alteração no erro amostral, elevando-se de 7% para 8%. Ao seu final, a pesquisa de campo contemplou 44 agricultores, residentes em 21 localidades do município.

A Linha de Base serviu como referência na análise do indicador de renda definido para o presente estudo. O referido indicador contemplou a renda mensal constituída pelas atividades financiadas pelo Pronaf B e por outras atividades; a renda oriunda de trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros; programas sociais, a exemplo do Bolsa Família; e outras rendas, como auxílio da família e de terceiros.

O cálculo da renda das famílias considerou os seguintes itens: a) atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, incluindo todas aquelas contempladas nos três financiamentos e que ainda vinham sendo praticadas; b) outras atividades desenvolvidas pela família, sem contar com financiamento do Programa; c) trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros, observando que as informações sobre o insumo, nesse caso, restringiram-se às despesas com deslocamento para o trabalho e respectivas despesas com alimentação; d) programas sociais, atentando para os “programas remanescentes”, a saber: auxílio-gás, bolsa-alimentação, bolsa-escola e cartão-alimentação, sendo que nesse caso inexistem insumos; e e) outros, como ajudas financeiras diversas, nas quais também inexistem insumos computados.

Foram estimadas as quantidades mensais produzidas, assim como o seu valor

---

<sup>8</sup> A fórmula  $n = Np(1-p)/(N-1)(d^2/z^2) + p(1-p)$  considera: N = tamanho da população; d = erro amostral; e z = valor de referência bilateral (1,96), da tabela Normal Padrão, para confiança (1- $\alpha$ ).

unitário, considerando que todos os produtos destinavam-se a venda, obtendo-se, desse modo, o valor total de venda dos bens produzidos (A). Identificaram-se o valor dos insumos especificamente para a fabricação dos produtos (B) e o valor da renda mensal destinada à subsistência, no caso de consumo, pela família, do bem produzido (C), resultando na renda líquida da família. Desse modo obtém-se:

Renda Média Mensal Líquida = Valor de Venda dos Bens (A) – Valor dos Insumos (B) – Renda Mensal Destinada a Subsistência (C).

Após a análise do indicador, foi feito um confronto com os dados da Linha de Base, o que possibilitou inter-relacionar os resultados, identificando-se com maior precisão os reflexos do Pronaf B para as quatro famílias agricultoras. Essa análise levou em conta os dados quantitativos e os qualitativos.

## **6. RESULTADOS**

### **6.1 Ambiente Institucional do Pronaf Grupo B**

A operacionalização do Pronaf Grupo B conta com o envolvimento de algumas instituições, cada uma responsável por parte do processo de financiamento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Estão envolvidos: o agente financeiro, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e, a depender do nível de envolvimento da prefeitura local, alguma secretaria municipal.

Geralmente, a Ematerce e o STR são os órgãos habilitados a emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A proposta de crédito e o projeto ficam a cargo da Ematerce ou do próprio agente financeiro. Há casos em que alguma secretaria municipal, geralmente a de agricultura, também se envolve no processo.

Em Irauçuba, identificou-se que estão envolvidos na operacionalização do Pronaf B o BNB, a Ematerce, o STR e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agropecuária, informalmente denominada Secretaria de Agricultura.

### **6.2 A Renda das Famílias Agricultoras**



A renda média mensal líquida das famílias, considerando todos os itens investigados, totalizou R\$ 460,90. A renda média mensal da pesquisa da Linha de Base, ocorrida em setembro de 2003, resultou em R\$ 320,79, valor esse corrigido pelo IGP-DI<sup>9</sup> até junho de 2008. Desse modo, verifica-se incremento de 43,7% na renda das famílias agricultoras usuárias do Pronaf Grupo B, aí incluídos todos os rendimentos.

Desagregando-se a renda média mensal líquida das famílias por cada item investigado no estudo, observa-se que as atividades financiadas pelo Pronaf B totalizaram renda de R\$ 53,13, portanto superior em 35% à renda das outras atividades desenvolvidas, que resultou em R\$ 39,41 (Tabela 1). No entanto, a renda média mensal líquida das atividades financiadas pelo Pronaf B é 34,9% inferior à renda média mensal líquida dos programas sociais (R\$ 81,61).

Tabela 1 – Demonstrativo da Composição da Renda Média Mensal Líquida das Famílias Beneficiadas pelo Pronaf Grupo B.

<b>Atividades/Benefícios geradores de renda</b>	<b>Valor da renda média mensal líquida (R\$)</b>
Atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B	53,13
Trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros	281,27
Programas sociais	81,61
Outras atividades desenvolvidas	39,41
Ajuda de filhos e de outros membros da família	5,45
<b>Total</b>	<b>460,87</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

A renda média mensal líquida dos programas sociais da Linha de Base totalizou R\$ 55,31<sup>10</sup>. Após o terceiro financiamento, o valor médio mensal recebido pelos agricultores (R\$ 81,61) supera em 47,5% aquele da Linha de Base, cabendo ressaltar

<sup>9</sup> Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, que mede o comportamento de preços em geral da economia brasileira.

<sup>10</sup> Valor corrigido pelo IGP-DI de setembro de 2003 a maio de 2008.

que seis pessoas, ou 13,6%, não recebem esses benefícios.

A renda média mensal líquida proveniente do trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros é a mais expressiva de todas as fontes de renda das famílias agricultoras. Essa renda totalizou R\$ 281,27, sendo bastante significativa para as famílias. Ressalte-se que é percebida por apenas 45% das famílias, tendo havido uma considerável discrepância nos valores recebidos por cada família, variando de R\$ 170,00 a R\$ 1.930,00.

Em sua pesquisa com agricultores familiares, Bastos (2006) identificou que a renda principal dos agricultores advinha, em sua maior parte (62,2% dos entrevistados), da agropecuária, enquanto apenas 22,1% originavam-se dos programas sociais, aí incluídas as aposentadorias. O que se percebeu no estudo em Irauçuba, no entanto, foi que as atividades agropecuárias, no geral, não representaram tanto em relação à renda total, diferentemente de trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros e dos programas sociais. Esses dois itens tiveram valor médio mais elevado do que as outras atividades desenvolvidas pelos agricultores.

### **6.2.1. Atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B**

Examinando somente as atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, verificou-se que, apesar de totalizar uma renda média mensal líquida de R\$ 53,13 para o conjunto dos agricultores, cerca de 30% destes obtiveram, individualmente, renda negativa, variando de R\$ -0,54 a R\$ -114,56. Para dez famílias (23%), a renda foi nula. Assim, verifica-se que para 53%, ou seja, mais da metade das famílias, os resultados do programa foram insatisfatórios. As atividades que redundaram em maiores dificuldades de retorno dos investimentos foram a bovinocultura e a avicultura, apresentando prejuízo em todos os financiamentos. É possível que a ausência de assistência técnica e extensão rural tenha contribuído para os resultados negativos.

Ademais, onze famílias, representando 25%, obtiveram receita líquida mensal entre R\$ 1,20 e R\$ 40,50. As outras nove famílias, que obtiveram as mais elevadas rendas líquidas mensais, ficaram na faixa de R\$ 56,00 até R\$ 360,00. Uma família registrou renda mensal líquida de R\$ 1.010,00, configurando total discrepância em relação às demais. Essa família auferia na atividade de artesanato sua maior renda,

fabricando redes e colchas bordadas, num total de dezenove peças por mês.

Conclui-se, assim, que, apesar desses resultados, como na composição da renda líquida das famílias levou-se em conta a própria subsistência, consideram-se insatisfatórios os resultados do Pronaf Grupo B apenas para os casos de renda negativa, ou seja, para 30% do conjunto de agricultores, o que ainda é bastante elevado.

Guanziroli (2007, p. 318) utiliza resultados de 13 estudos sobre o Pronaf e destaca que das “avaliações efetuadas no decorrer do processo de implementação do PRONAF, cinco revelaram resultados positivos, duas resultados ambíguos e seis negativos”.

### **6.2.2. Outras atividades desenvolvidas**

A renda média mensal líquida das outras atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras totalizou R\$ 39,41. A relação da renda negativa apresentada pelos agricultores é ainda mais elevada nesse item do que em relação às atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B. Desse modo, 45% das famílias apresentaram renda negativa, variando de R\$ -1,34 a R\$ -144,95. Duas famílias (4,5%) obtiveram renda nula. Também nesse item, metade das famílias não vem obtendo sucesso quanto ao retorno financeiro de suas atividades. Onze famílias, representando 25%, perceberam renda mensal líquida entre R\$ 3,98 e R\$ 101,80. O mesmo percentual (25%) computou essa renda variando entre R\$ 109,10 a R\$ 411,00.

As atividades que apresentaram os maiores prejuízos na renda líquida foram a avicultura, com uma média de R\$ -16,87, a produção de leite (R\$ -6,57) e a suinocultura (R\$ -5,27). A produção de milho (R\$ -4,10), de feijão (R\$ -2,85) e a bovinocultura (R\$ -1,78) foram outras atividades que apresentaram prejuízo. Observe-se que nesses cálculos, foram considerados os valores dos insumos e da subsistência das famílias.

### **6.2.3. Trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros**

Essa foi a renda mais significativa para as famílias em termos de valores líquidos, uma vez que os insumos são praticamente nulos. Apesar de totalizar uma renda média mensal líquida de R\$ 281,27, apenas vinte famílias a percebem. Nesse quesito, o item trabalho assalariado teve a maior participação, obtendo uma média de R\$ 128,90. Já

aposentadoria e pensão tiveram uma média de R\$ 119,31. Como ressaltado anteriormente, os valores variam bastante, sendo que cinco pessoas recebem de R\$ 170,00 a R\$ 433,00 e outras cinco auferem de R\$ 621,00 a R\$ 1.930,00.

Uma vez que a composição da renda das famílias o Pronaf Grupo B não leva em conta os valores referentes aos benefícios sociais e aos proventos previdenciários, parece haver coerência na classificação dos agricultores enquanto público do Programa. Assim, torna-se público do Pronaf B o agricultor cuja renda anual da família totalize R\$ 5.000,00<sup>11</sup>, ou R\$ 416,67 por mês. Somando-se as médias das atividades financiadas pelo Pronaf B (R\$ 53,13), outras atividades desenvolvidas (R\$ 39,41) e a média do trabalho assalariado (R\$ 128,95), obtém-se um valor médio total de R\$ 221,49, portanto inferior aos R\$ 416,67 referidos anteriormente.

#### **6.2.4. Programas sociais**

Apenas seis famílias agricultoras não recebem benefícios dos programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família e seus programas remanescentes. Assim, 86,4% das famílias, além de serem usuárias do Pronaf B, também fazem parte do Programa Fome Zero-Bolsa Família. Os valores dos benefícios variaram de R\$ 58,00 a R\$ 171,00.

#### **6.2.5. Outros**

Esse item teve baixa expressividade. O valor da renda média mensal líquida é bem pequeno (R\$ 5,45), pelo fato de ter sido registrado por apenas duas famílias, representando somente 4,5% dos agricultores. Considera-se irrelevante na composição da renda líquida das famílias, e se restringiu a ajuda de filhos e de outros membros da família.

De uma forma geral, a renda da família não é constante, apresentando instabilidade na venda dos produtos, assim como na sua produção, variando bastante, conforme informaram os agricultores (77,3%).

---

<sup>11</sup> Este valor foi elevado, em julho de 2008, de R\$ 4 mil para R\$ 5 mil e agora totaliza R\$ 6 mil (BACEN, 2008).

Quanto ao uso da renda pela família, os gastos mais comuns, segundo a frequência das respostas dos entrevistados, são realizados com alimentação (100%), mensalidade do STR (68%), saúde (50%), energia elétrica (48%), vestuário (41%), água (16%), educação (14%), eletrodomésticos (9%) e aluguel (7%). Apesar de 98% dos agricultores fazerem uso de energia elétrica, conforme já citado, os gastos com esse item parecem ter sido omitidos por alguns entrevistados, ou foram considerados irrelevantes na composição dos gastos das famílias.

Além do uso da renda para a compra de alimentos, cinco agricultores, representando 11%, declararam que suas famílias recebem algum tipo de ajuda para alimentação. Isso sinaliza que esse público guarda carências elementares ainda a serem supridas e que o PFZ-Bolsa Família não é suficiente, já que esses agricultores são usuários desse programa.

No tocante à renda média global mensal líquida (R\$ 460,90), as quatro famílias da Linha de Base obtiveram incremento que variou entre 34% e 74%. Apenas o agricultor D teve renda bem inferior a essa média (Tabela 2). Apesar de essa família auferir uma renda mensal de R\$ 75,00, observa-se que se trata de renda líquida, diferente da renda da Linha de Base, que não levou em conta insumos e subsistência da família.

Tabela 2 – Demonstrativo da Composição da Renda Mensal das Quatro Famílias Participantes da Pesquisa Linha de Base (Valores em R\$).

Agricultor	Renda mensal sem programas sociais		Renda mensal dos programas sociais		Total mensal	
	Linha de Base	Após o terceiro financiamento (líquida)	Linha de Base	Após o terceiro financiamento (líquida)	Linha de Base	Após o terceiro financiamento (líquida)
A	331,85	726,28	0,00	75,80	331,85	802,08
B	276,54	543,10	100,25	76,00	376,79	619,10
C	89,88	572,34	51,85	112,00	141,73	684,34
D	27,65	-18,96	100,25	94,00	127,90	75,04

Nota: Os valores da Linha de Base foram corrigidos pelo IGP-DI de setembro de 2003 a junho de 2008 e a renda mensal dessas famílias não considerou os insumos e a subsistência, diferentemente da renda atual líquida.

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Relacionando à Linha de Base, a renda atual teve incremento bastante significativo para três agricultores, variando de 64% a 382%. O agricultor D teve decréscimo de 41% em sua renda.

A Tabela 3 apresenta o detalhamento da renda líquida das quatro famílias que fizeram parte da Linha de Base, levando em conta as atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, outras atividades desenvolvidas, salários, aposentadorias, pensão, seguro e os programas sociais. A renda líquida considerou os insumos necessários ao desenvolvimento das atividades, assim como parcela destinada à subsistência.

Tabela 3 – Demonstrativo da Composição da Renda Líquida das Quatro Famílias Participantes da Pesquisa Linha de Base Segundo as Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B (Valores em R\$)

<b>Família</b>	<b>Atividades Financiadas nos três momentos</b>	<b>Renda de Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B</b>	<b>Renda de Outras Atividades</b>	<b>Renda de Salário, Aposentadoria, Pensão, Seguro</b>	<b>Renda de Programas Sociais</b>	<b>Total</b>
A	Suinocultura	-31,64	-72,08	830,00 <sup>1</sup>	75,80	802,08
B	Artesanato	360,00	183,10	0,00	76,00	619,10
C	Artesanato	160,00	-2,66	415,00 <sup>2</sup>	112,00	684,34
D	Artesanato	1,20	-20,16	0,00	94,00	75,04

<sup>1</sup> Refere-se a aposentadorias de dois membros da família.

<sup>2</sup> Refere-se a trabalho assalariado de um membro da família.

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Verifica-se que nas atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, um agricultor obteve prejuízo no desenvolvimento da suinocultura, tendo os demais obtido resultados positivos, embora bastante diferentes. Destaque-se o agricultor B, que obteve renda de R\$ 360,00, portanto bem superior à renda dos demais. No que tange às outras atividades desenvolvidas, três dos agricultores contabilizaram renda negativa. Aqui, mais uma vez,

o agricultor B obteve renda positiva. A renda de aposentadoria e trabalho assalariado foi observada em duas famílias. Os agricultores B e D não recebem renda dessa natureza, ao contrário dos programas sociais, presente nas quatro famílias.

Desse modo, observa-se que as rendas dos agricultores A, B e C guardam certa equivalência nos valores totais apurados, apesar de o salário e as aposentadorias influenciarem fortemente as rendas totais dos agricultores A e C.

O desempenho significativo obtido pelo agricultor B parece estar fortemente relacionado com a atividade do artesanato, financiada pelo Pronaf B, sendo algo que vem repercutindo positivamente junto à família, uma vez que representa cerca de 60% da sua renda mensal líquida.

Ainda segundo os quatro agricultores, houve melhoria da renda gerada pelas atividades financiadas pelo Programa, a qual, somada aos demais itens que compõem a renda total líquida, proporcionou incremento nos ganhos mensais.

Em termos de melhoria da renda, os resultados das pesquisas disponíveis são bastante tênues. Guanzioli (2007), por exemplo, destaca que entre os fatores que influenciaram negativamente o processo de geração de renda estão a falta de assistência técnica ou baixa qualidade da AT, as dificuldades no gerenciamento dos recursos do crédito e a falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor.

Conforme análise que será apresentada a seguir, há evidências de que a falta de assistência técnica e extensão rural tem contribuído para grande parte dos resultados insatisfatórios.

### **6.3 A agricultura no país na percepção dos agricultores familiares**

Indagados sobre como esses agricultores vêem a agricultura no país, percebeu-se que há uma preocupação quanto ao futuro da agricultura, em especial no município, devido ao seu elevado índice de desertificação. A agricultura tradicional é vista de forma negativa, abrindo perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura alternativa. Por outro lado, as baixas condições financeiras dos agricultores para aumentar o plantio são enfocadas como fator limitador.

“A agricultura está acabando em Irauçuba devido à desertificação, que é grande. Caso não seja tomada alguma alternativa, daqui a 10, 20 anos a agricultura vai ficar complicada. No país também está caindo, devido às poucas oportunidades que chegam aos pobres, os maiores produtores. Precisa de mais investimento para o agricultor [pobre] produzir mais” (Agricultor B, Pesquisa de Campo, 2008).

Ademais, a agricultura é vista como algo promissor, em que uma boa produção, resultante de uma boa quadra chuvosa, significa fartura para as famílias. A instabilidade da estação invernososa, a ausência da terra para plantar, as baixas condições financeiras dos agricultores, a burocracia nos financiamentos, além da reversão da prática das queimadas, requerendo uma agricultura diferenciada, são as principais dificuldades apontadas pelas famílias.

Quanto ao crédito, os baixos valores financiados, as inúmeras exigências burocráticas para o pequeno agricultor, o baixo prazo de carência e a falta de conscientização dos agricultores para a correta aplicação dos créditos são questões que poderiam ser mais bem refletidas.

Sobre a assistência técnica, a sua total ausência é registrada por todos os quatro entrevistados, apesar de reconhecerem que necessitam de apoio técnico, capacitação e acompanhamento. Em nenhum momento, nos três financiamentos, os agricultores receberam apoio técnico ou visita de qualquer órgão envolvido na operacionalização do programa.

“Fiz este projeto [o Pronaf Grupo B] três vezes e nunca recebi assistência técnica nenhuma, nem visita nem para saber o que eu fiz com o dinheiro. Acho que em Irauçuba tem muita gente devendo ao banco porque não tem acompanhamento.” (Agricultor B, Pesquisa de Campo, 2008).

Registrou-se, ainda, que a assistência técnica para o pequeno produtor é bastante precária, diferente da assistência dada ao grande produtor.

“Com certeza requer mais capacitação para produzir. Capacitar em relação à técnica. Hoje se ouve falar que tem muitos técnicos para ajudar, mas ele (sic) vai mais para o grande produtor, aquele que tem mais. Para o pequeno, ele nem pisa lá, de jeito nenhum. Isso, infelizmente, é a realidade. A assistência



técnica hoje para o pequeno agricultor é bastante precária, é deixado bem de lado.” (Agricultor C, Pesquisa de Campo, 2008).

Sobre os recursos financeiros utilizados para o desenvolvimento das atividades pelos agricultores, destacam-se o Pronaf Grupo B (100%) e os recursos próprios (82%). Em relação ao Pronaf Grupo B, 80% informaram encontrar-se em situação de regularidade junto ao banco financiador. Bastos (2006) apurou em seu estudo que 91,7% dos agricultores familiares pretendiam liquidar o débito até o seu vencimento e que 85,7% jamais deixariam de cumprir os pagamentos.

Os agricultores declararam, ainda, que o financiamento contribuiu muito (36%) e contribuiu pouco (60%) para a melhoria de suas vidas. Para 2% não houve melhoria de vida e para 2% piorou as condições de vida. Essas melhorias relacionam-se com a maior auto-suficiência profissional, a elevação da renda e a inserção no desenvolvimento de uma atividade, além de ter nos animais financiados uma reserva, configurando uma poupança, a ser utilizada em um momento de necessidade. Em sua pesquisa sobre o programa, Bastos (2006) ressalta que para 79,7% dos beneficiários a vida tem melhorado em maior ou menor intensidade, guardando coerência com os resultados encontrados em Irauçuba.

Na Linha de Base, os agricultores informaram que o Pronaf Grupo B contribuiu muito (51,1%), contribuiu pouco (39,4%) e não houve melhoria em suas vidas (9,4%). Verifica-se, dessa forma, que apesar de os agricultores haverem percebido maior contribuição na Linha de Base, tanto naquele contexto quanto no presente estudo, a contribuição do programa na melhoria de vida das famílias deu-se em mais de 90%, atingindo 96% no último caso.

Indagados se o Pronaf Grupo B provocou alguma mudança na vida da família, 25% responderam afirmativamente e 66,9% responderam que a mudança se deu parcialmente. Esses resultados guardam coerência com a contribuição do financiamento referida anteriormente. Quatro agricultores, representando quase 9,1%, informaram que não houve nenhuma mudança na vida da família.

Os aspectos da vida em que foi percebida mudança pelos agricultores relacionaram-se com o aumento da renda (71%), aquisição de bens de consumo (18%), melhoria da saúde (11%), alimentação (11%), aquisição de vestuário (7%) e formação de reserva de poupança com os animais (5%). Dentre os que identificaram outras

mudanças, destacam-se o acesso ao crédito (2%) e inserção em outra atividade.

Quanto a novos financiamentos do Pronaf B, 84% dos agricultores desejam obtê-los, 11% responderam que não pretendem contrair novos financiamentos e 5% não souberam informar. Esse resultado é bastante próximo daquele encontrado por Bastos (2006) em pesquisa sobre o programa no Rio Grande do Norte, para o qual, 89,2% dos beneficiados pelo Pronaf Grupo B disseram que voltariam a utilizá-lo, por considerá-lo satisfatório, bom ou excelente.

Em Irauçuba, dos que pretendem obter novos financiamentos, a finalidade do crédito seria para ovinocaprinocultura (23%), compra de matéria-prima (14%), gado de leite (14%); artesanato, suínos e ovelhas e suínos, cada um foi citado por 7% dos agricultores. Outros investimentos mencionados foram a avicultura, a agricultura e cisternas.

No tocante à capacitação e assistência técnica recebida pelos agricultores para o desenvolvimento de atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, 66% informaram não haver recebido qualquer tipo de apoio. Dos agricultores que receberam esse tipo de apoio, 32% informaram terem sido dirigidos para assistência técnica às atividades produtivas e 2% mencionaram a capacitação técnico/produtiva. Evidenciou-se um elevado número de agricultores que não receberam qualquer apoio técnico, confirmando a ausência de acompanhamento das atividades produtivas. Diferentemente do que é mencionado pela Secretaria de Agricultura, quanto à oferta de apoio aos agricultores, estes não recebem qualquer assessoria.

Dos quinze agricultores que receberam apoio técnico, treze informaram haver sido apenas no início do financiamento. Dessa forma, o apoio se deu de forma incompleta.

As instituições que mais se fizeram presentes no apoio às atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias agricultoras foram, em primeiro lugar, o STR (41%), a Ematerce (30%) e o BNB (9%). A Secretaria de Agricultura foi mencionada por apenas 5% dos agricultores, confirmando a total ausência de seu apoio, apesar de referido órgão informar o contrário.

Indagados sobre o recebimento de algum tipo de apoio do Programa Fome Zero-Bolsa Família relacionado a capacitação, assistência técnica, comercialização, associativismo e cooperativismo, gerenciamento, dentre outros, os agricultores foram unânimes quanto à total ausência do programa nesse particular.

Os agricultores e suas famílias (98%) participam de algum tipo de organização social, em especial do STR (71%) e de associações comunitárias (73%). Esse resultado é melhor do que aquele apurado por Bastos (2006) em pesquisa sobre o Pronaf Grupo B no Rio Grande do Norte, segundo o qual, 68% dos entrevistados eram associados a alguma entidade. Em Irauçuba, apenas um agricultor, representando 2%, não participa de qualquer organização social, por desacreditar que essa filiação possa trazer alguma contribuição para o agricultor. Facilitar o acesso ao crédito é a maior contribuição dessas organizações sociais para o sucesso dos negócios do agricultor. Essa indicação foi dada por 59% dos agricultores. Outras contribuições mencionadas, apesar de menos expressivas, são a facilitação e oferta de capacitação (14%) e a facilitação e oferta de assistência técnica (11%). O apoio à comercialização foi citado por apenas um agricultor, representando 2%.

Os agricultores pretendem expandir suas atividades, elevando a quantidade produzida, além de desejarem iniciar-se em outras atividades. Apenas três deles (7%) informaram não pretender ampliar suas atividades.

Sobre a possibilidade de obtenção de lucros em suas atividades, verificou-se o desejo de auferir lucros, através da ampliação das atividades e a conseqüente comercialização dos produtos, com vistas a melhorias financeiras. Apenas seis (13,6%) disseram não ter maiores ambições nesse sentido, objetivando tão-somente melhorar um pouco as atuais condições de vida das famílias.

As dificuldades de ampliação de suas atividades, no entanto, estão relacionadas ao crédito, cujo valor deveria ser maior, e à falta da terra própria para desenvolver as atividades.

A participação em associação e cooperativa para o desenvolvimento das atividades e maior inserção no mercado é vista pelos agricultores de forma positiva, sendo que as maiores contribuições dessas entidades se dão no sentido da orientação recebida em relação à comercialização e a outros benefícios para a comunidade como um todo.

## **7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Apesar do seu significativo potencial, repercutindo não apenas nos aspectos

econômicos, mas também nos sociais, culturais e ambientais, somente em 2006 a agricultura familiar brasileira passou a ser reconhecida como segmento produtivo, garantindo-se a institucionalização de políticas públicas para o setor. Resultado do processo de aprimoramento do programa, o Pronaf Grupo B foi instituído com o objetivo de combater a pobreza no meio rural, tendo se caracterizado como importante instrumento dirigido a essa parcela da população. O programa tem crescido significativamente tanto em volume de recursos financiados como em quantidade de contratos firmados.

O ambiente institucional do Pronaf B em Irauçuba, apesar de as instituições envolvidas no processo de operacionalização não virem trabalhando de forma mais articulada, segue o que determinam as normas do Pronaf, não se verificando incoerências em relação ao processo de operacionalização.

Quanto aos reflexos do Pronaf B na renda dos agricultores familiares, observou-se que o programa contribuiu positivamente, em maior ou menor intensidade, para a melhoria dessas variáveis.

Os agricultores perceberam melhorias nas condições de vida antes de serem contemplados com o primeiro financiamento e depois do terceiro financiamento do Pronaf B, tendo o Programa possibilitado o ingresso no desenvolvimento de uma nova atividade. Elevada parcela dos agricultores continua a desenvolver as atividades financiadas pelo Programa, consistindo na atividade principal para 43% deles. Apesar de alguns casos de abandono ou paralisação das atividades outrora financiadas, considera-se que o Programa obteve sucesso quanto ao fortalecimento das atividades financiadas no município. O incremento na atual produção e na produtividade da ovinocaprinocultura, em relação ao nível alcançado por ocasião do primeiro financiamento, foi significativo, levando-se a concluir que a atividade possibilita retornos mais favoráveis do que o artesanato.

Com relação aos quatro agricultores que fizeram parte da Linha de Base e do presente estudo, à exceção de um deles, ocorreu redução na produção e na produtividade das atividades financiadas pelo Pronaf B.

Percebe-se que o Pronaf B poderá ser utilizado com maior intensidade, como forma de incentivar o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, a exemplo do artesanato, uma vez que a prática de atividades agrícolas tem sido seriamente

prejudicada, devido ao processo de desertificação característico do município.

No que tange à renda, foi possível perceber a contribuição positiva quando se considerou a média. A renda média mensal líquida das famílias, subtraindo-se os insumos e o autoconsumo, cresceu 43,7% em relação à apurada na Linha de Base. Verifica-se, portanto, que esse incremento poderia ser ainda maior, uma vez que a Linha de Base não deduziu na composição da renda mensal os valores dos insumos e do autoconsumo da família. A renda média mensal líquida das atividades financiadas pelo Pronaf B foi 35% superior à renda das outras atividades desenvolvidas pelas famílias. A renda média das atividades financiadas pelo Programa, no entanto, foi inferior à renda média propiciada pelos programas sociais, valendo ressaltar que apenas seis famílias não são beneficiadas com tais programas. A renda média mais expressiva refere-se ao trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros, percebida por apenas 45% das famílias. Com relação aos quatro agricultores da Linha de Base, o desempenho da renda foi ainda mais positivo.

Pela ótica dos agricultores, o Pronaf B contribuiu para a melhoria de suas condições de vida, ainda que apenas parcialmente. Grande parte não recebeu nenhum tipo de assistência técnica ou capacitação dirigidos às atividades financiadas, requerendo posição afirmativa do Programa neste sentido. Apesar de quase todas as famílias agricultoras serem também usuárias do Programa Fome Zero-Bolsa Família, nenhuma ação desse programa foi implementada no sentido de garantir apoio às atividades produtivas, observando-se a total ausência desse suporte. O acesso ao crédito é facilitado aos agricultores através de suas participações em associações comunitárias e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo estes importantes atores no processo de democratização do crédito.

Os agricultores desejam expandir as atividades atualmente desenvolvidas, aspirando-se a obtenção de lucros com vistas à melhoria financeira e consequente elevação do nível de qualidade de vida. Para tanto, reclamam a ampliação dos valores financiados, assim como a terra própria para desenvolver suas atividades.

Espera-se que, com a integração entre os programas Fome Zero-Bolsa Família e o Pronaf B, a partir da esfera federal, em médio prazo esteja sendo construída a transição das famílias para a categoria *agricultores familiares* do Pronaf, com a consequente redução do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.

## **8. REFERÊNCIAS**

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Manual do crédito rural**. Brasília: BACEN, 2005. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3.559**. Brasília, 2008. Disponível em: <[www.mda.gov.br/saf](http://www.mda.gov.br/saf)>. Acesso em: 12 mai. 2008.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba, SP, vol. 49, n. 1, p.129-156, jan./mar. 2011.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

HOLANDA, Antonio Nilson C. **Avaliação de programas: conceitos básicos sobre avaliação “ex post” de programas e projetos**. São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2006.

IBGE. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/contagem2007/>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 74p.

IPECE [INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ]. **Perfil básico municipal – Irauçuba**. Fortaleza, 2007. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/PBM\\_2007/Irauçuba.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/PBM_2007/Irauçuba.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2008.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136p.

MDA [MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO]. **Microcrédito rural cresce 219% e libera R\$ 193 milhões.** Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 5 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Safra 2007/2008.** Brasília, 2007. Disponível em: <[www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1562](http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1562)>. Acesso em: 21 abr. 2008.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NORDER, Luiz Antonio C. Mercantilização da agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. p.59-84.

PINHEIRO, Vinicius C. Modelo de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Revista Planejamento e Política Pública**, Brasília, n. 12, p. 63-88, jan./dez. 1995.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.21-49.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.9-20.